

MICROCRÉDITO COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDEDORISMO NA AMAZÔNIA AMAPAENSE

Martinho Felizardo Guimarães De Oliveira
Universidade Federal do Amapá-UNIFAP
munifapap20@yahoo.com.br

Eduardo Braz Barros Ferreira Junior
Universidade Federal do Amapá-UNIFAP
ebrazjr2@gmail.com

RESUMO

O presente artigo trata do microcrédito como política pública para o desenvolvimento do empreendedorismo amapaense. Sendo, que o acesso ao crédito de maneira equânime integra parte dos direitos fundamentais que reflete a dignidade humana no direito a um trabalho decente e possibilidade de crescimento econômico, cabendo ao Estado promovê-lo em suas diversas dimensões. Parte-se da referencia realizada pelo Professor Muhammad Yunus que a partir dos estudos feitos em Bangladesh mostrou que a concessão de pequenos empréstimos a indivíduos possibilita minimizar a pobreza. Metodologicamente a pesquisa utiliza a abordagem qualitativa, trazendo também dados quantitativos sobre o volume de financiamentos da AFAP referente ao ano de 2022 e 2023, expondo uma abordagem comparativa entre a metodologia de microcrédito de Yunus com a empregada na Agência de Fomento do Amapá (AFAP). Os resultados obtidos evidenciam como o acesso a recursos financeiros contribui efetivamente para geração emprego e renda rompendo com as assimetrias sociais.

Palavras-chave: Microcrédito; Desenvolvimento; AFAP.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Trabalho decente e crescimento econômico

1 INTRODUÇÃO

O ato de empreender é uma atividade que demanda clareza e resiliência, uma vez que consiste numa filosofia de enxergar oportunidades onde os outros veem dificuldades e a partir disso ter a iniciativa de transformar em um negócio rentável. E no que concerne o cenário brasileiro, empreender enfrenta desafios ainda maiores, principalmente relacionados a acesso a crédito para aqueles que se encontram nas camadas mais baixas da população e que desenvolvem pequenas atividades em fase inicial.

A habilidade e a capacidade que o empreendedor possui em identificar oportunidade e a partir disso desenvolver soluções formatadas em atividades comerciais mostra o quanto é criativo e preponderante esse tipo de trabalho. Essa importância concedida a figura do empreendedor referenda-se na abordagem trabalhada pelo teórico Joseph Schumpeter, que retrata o empresário empreendedor pautado no emprego da inovação como instrumento importante desse processo que envolve o empreendedorismo (Souza, 1997; Bastos, 2005; Bellingieri, 2017).

Esse empresário empreendedor é o responsável pela realização de novas combinações que utilizam da inovação para introduzir um novo bem, um novo método de produção ou comercialização, para que se tenha uma abertura de novos mercados, incentivando assim, o crescimento do empreendedorismo.

Considerar as constantes transformações do meio científico, técnico e informacional associada, sobretudo, as inovações tecnológicas e a mundialização do mercado repercutem diretamente na dinâmica econômica dos mercados, instigando esses empreendedores a um contínuo processo de adaptação. Deste modo, esses empreendedores são descritos como os inovadores, estando diretamente envolvido no processo “criativo-destrutivo” do capitalismo (Dees, 1998).

O microcrédito está diretamente relacionado a premissa do empreendedorismo como instrumento que corrobora e incentiva o fortalecimento

do ato de empreender em suas respectivas escalas econômicas (Passos, et al., 2002; Carvalho, Nunes, Sales, 2019). Passos et al., (2002), também mostra como o microcrédito acaba por propiciar um mecanismo autossustentável de combate a pobreza e de minimização de assimetrias sociais.

Essa premissa mostra a necessidade promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente e empreendedorismo por meio do acesso a serviços financeiros. Esse entendimento corrobora-se com o 8º objetivo do desenvolvimento sustentável, conforme a Figura 1 abaixo.

Figura 1: Objetivos de desenvolvimento sustentável.



Fonte: ONU BR, 2024.

Essa leitura permite entender a relevância de promover o crescimento econômico numa perspectiva que seja sustentável e inclusiva que possibilite o pleno emprego de forma digna e produtiva, buscando desenvolver maior capilaridade nos segmentos atingidos.

Nesse sentido, o microcrédito se apresenta como política pública que instiga acepções de desenvolvimento com particularidades locais que possam minimizar assimetrias decorrentes de políticas centralistas e setoriais em face às exigências impostas pela globalização, propiciando capilaridade ao fomentar uma microeconomia.

Dessa forma, realiza-se uma leitura do modelo original e pioneiro de microcrédito trabalhado pelo professor Muhammad Yunus na década de 1970, por meio do *Grameen Bank* trabalhado em Bangladesh (Yunus, 2002; Neri, 2008) e o modelo de microcrédito adotado pela Agência de Fomento do Amapá (AFAP), propiciando um comparativo e identificando como ambas modelagens contribuem para o fomento do empreendedorismo com destaque o cenário empreendedor no Amapá.

Metodologicamente o trabalho utiliza uma abordagem qualitativa referente às abordagens teóricas e conceituais sobre a temática em questão e que por sua vez, também expõe informações quantitativas sobre a dinâmica de microcrédito da AFAP, no que concerne a operações de crédito no ano de 2022 e 2023, que foram coletados via relatórios técnicos gerenciais e de gestão da instituição.

Nesse sentido, o presente artigo propõe-se a mostrar a relevância do microcrédito como instrumento de transformação social e econômica que contribui para o fomento de pequenos negócios, podendo se constituir numa importante estratégia de desenvolvimento local. Tendo como base de referência a metodologia de microcrédito trabalhada por Muhammad Yunus e a abordagem da AFAP.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, muitos empreendedores ainda enfrentam dificuldades de acesso a financiamentos, por conta das exigências bancárias que fogem a sua realidade, dentre elas, comprovações de rendimentos, apresentação de garantias e o fato de muitas serem empresas recém-criadas, além disso, há também o caso do setor informal que segue essa mesma linha tênue e que carece atenção nesta mesma ótica.

Os grandes bancos e instituições financeiras possuem preferência ao emprestar para empresas que apresentem demonstrações financeiras confiáveis, boas pontuações de crédito, de *rating*, boa colateralidade, histórico

de bom pagamento entre outros aspectos que possam dar lastro a liberação de recursos a empresas com esse perfil. Observa-se que atividades econômicas como os pequenos negócios informais possuem maior dificuldade de se inserirem no mercado financeiro (Silveira, 2015).

Em decorrência desse cenário novos instrumentos são criados com vistas a promover a inserção destes que estão à margem da dinâmica do mercado financeiro.

Os bancos pequenos, por outro lado, dependem da construção de relacionamentos ao longo do tempo com proprietários de pequenos negócios e membros da comunidade local. Assim, possuem indicadores capazes de demonstrar o caráter e fidelidade às obrigações monetárias de dada empresa, como sua capacidade de reembolsar empréstimos, frequência de depósitos ou nível de compromisso com quaisquer outros serviços financeiros prestados pelo banco (Carvalho, 2021, p. 3).

O microcrédito tem na década de 1970, em Bangladesh, o seu caso mais famoso no combate à pobreza. Foi o professor Muhammad Yunus, que observou o fato das teorias econômicas estudadas nas aulas não garantirem uma resposta satisfatória aos diversos problemas enfrentados na realidade, e assim, decidiu realizar um trabalho de pesquisa a fim de encontrar possíveis soluções para a miséria identificada em Bangladesh (Yunus, 2002; Barone et al., 2002).

Ao realizar a pesquisa em Bangladesh e visitar algumas casas de famílias pobres da região, um caso chamou a atenção do professor Yunus. Era a história de Sufia Begun, de 20 anos, mãe de três filhos, que fabricava tamboretas de bambu para sustentar a família (Yunus, 2002). Yunus observou que jovem passava por dificuldades em razão de não ter recursos para comprar matéria-prima para poder produzir os tamboretas e, por conta disso, emprestava dinheiro do fornecedor da matéria-prima. Este fato, a fazia permanecer num círculo vicioso, sendo que essa era uma realidade comum aos demais pequenos empreendedores da aldeia e que implicava diretamente na rentabilidade de suas atividades econômicas (Yunus, 2002).

Ao observar o cenário, o professor Yunus começou a desenvolver um trabalho de empréstimos para as pessoas envolvidas nesta realidade, para que pudesse reverter a situação e que o reembolso ocorreria somente quando estivesse em condições de fazê-lo. E superando as melhores das previsões, os devedores saldaram o compromisso de maneira antecipada, evidenciando assim uma perspectiva promissora (Yunus, 2002).

As informações obtidas pelas pesquisas realizadas pelo professor Yunus na década de 1970 tiveram como consequência a criação do *Grameen Bank*, com o objetivo de por fim aquela realidade. A ação possibilitou que surgisse um modelo de instituição financeira que tem como público indivíduos que estavam fora do mercado financeiro (Yunus, 2002).

No decorrer dos anos houve a promoção de diversas pessoas que tiveram acesso ao crédito e assim melhoraram sua condição de vida. No ano de 1997, atingiu a marca de 2,4 bilhões de dólares com empréstimos realizados, atendendo mais de 2 milhões de pessoas, constituindo-se numa das instituições mais conhecidas em âmbito mundial (Yunus, 2002).

A experiência ocorrida com a população de Bangladesh através do microcrédito, fez com que o modelo proposto pelo *Grameen Bank* começasse a se espalhar para todo o mundo. O sucesso dos empréstimos aos pequenos produtores para a compra de insumos prosperou e mostrou que os pobres são merecedores de crédito, tendo como condicionante a palavra confiança para obter recursos financeiros.

O *Grameen Bank* segue uma metodologia de financiamento a empreendedores informais, organizada em grupos solidários (uma forma de garantia mútua entre os envolvidos), dispensando assim a garantia tradicional dos bancos comerciais, pois a premissa do modelo de garantia centra-se na confiança, aspecto norteador do processo creditício. Metodologicamente os empréstimos eram cedidos conforme as garantias de pagamento, dadas pelo próprio grupo, sendo que inicialmente empresta-se para duas pessoas, e quando

estas pagarem, outras duas recebera, e finalmente, quando estas novas pessoas concluírem seu pagamento, a última pessoa recebe (Toneto; Gremaud, 2000).

Os empréstimos podiam ser de duas formas: domésticos e de capital. Os empréstimos domésticos são concedidos às pessoas físicas destinadas ao consumo e se vinculam aos de capital; enquanto os de capital são concedidos às pequenas empresas, sem a interferência do banco quanto à sua aplicação (Toneto; Gremaud, 2000).

A efetividade do sucesso do microcrédito centra-se nos laços de confiança estabelecidos entre os clientes, o agente de crédito (responsável direto pelo contato e diagnóstico da atividade a se financiar) e a instituição envolvida, cuja essa relação de proximidade facilita a promoção do crédito e o acompanhamento creditício, que auxilia a sustentação do empreendimento no mercado até o retorno da quitação do crédito tomado (Menezes et al., 2013). Nesse sentido, o microcrédito surge como uma “promessa” que visa à inclusão social por meio de recursos formatados em empréstimos e financiamentos direcionados para atividades econômicas que gerem renda (Morduch, 1999).

A experiência do microcrédito no Brasil ocorreu na década de 1970, numa das regiões mais carentes do país, o Nordeste, com o intuito de prover o desenvolvimento socioeconômico da região e também o desenvolvimento social da comunidade, no combate a pobreza e baixa renda, com foco no setor informal urbano (Barone et al., 2002).

Segundo, Barone et al.,

O Brasil foi um dos primeiros países no mundo a experimentar o microcrédito para o setor informal urbano. Em 1973, nos municípios de Recife e Salvador, por iniciativa e com assistência técnica da organização não governamental Accion International, na época AITEC, e com a participação de entidades empresariais e bancos locais, foi criada a União Nordestina de assistência a pequenas organizações, conhecida como Programa Uno (2002, p. 15).

O microcrédito no Brasil é uma realidade evidente, que se apresenta como instrumento importante para o combate à pobreza e com uma potencialidade efetiva para redução das desigualdades sociais e estímulo ao desenvolvimento econômico. Essa premissa pode ser verificada através da Lei Nº 13.636, de 20 de março de 2018, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); e revoga dispositivos das Leis nº 11.110, de 25 de abril de 2005, e 10.735, de 11 de setembro de 2003.

Na qual essa lei estabelece em seu texto:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), com o objetivo de fomentar, apoiar e financiar atividades produtivas de empreendedores, principalmente por meio da disponibilização de recursos para o microcrédito produtivo orientado.
§ 1º São beneficiárias do PNMPO pessoas naturais e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas urbanas e rurais, apresentadas de forma individual ou coletiva (Brasil, 2018, p. 1).

A atuação do Estado nesse contexto é relevante quanto agente atuante no estabelecimento de marcos regulatórios relacionados ao microcrédito e seu funcionamento, em especial, para criação de legislações e ainda delineando de maneira perene proposições que possibilitem a desenvolvimento desse setor (Monzoni, 2006). Ressalta-se que a configuração de legislações vem sendo atualizadas e novas condicionantes inseridas para propor as melhores condições de acessibilidade.

Dentre o cenário institucional que se disponibiliza políticas públicas de microcrédito, pode-se visualizar a Figura 2 a seguir:

Figura 2: Instituições e Envolvidos na Dinâmica de Crédito.



Fonte: Autores, 2024.

A Figura 2 acima mostra como é constituída de maneira sintética o Sistema Financeiro Nacional, na qual observa-se a importância de instituições que desenvolvam ações voltadas ao emprego de microcrédito no mercado empreendedor brasileiro. Sendo, importante ressaltar a necessidade de instituições públicas que possam atender um público que normalmente não é atendido pelos grandes bancos e que necessitam de apoio financeiro para o fomento produtivo de suas atividades comerciais.

O conceito de microcrédito está inserido em uma definição mais ampla, denominada de microfinanças, que são todos os produtos e serviços financeiros como seguro, empréstimos, financiamentos, poupança, cartão de crédito, cheque entre outros serviços. Nesse sentido, entende-se que microcrédito é o principal serviço ou o mais conhecido serviço das microfinanças que

normalmente se divide em consumo ou produtivo. E quando se fala em consumo está relacionada atividade de consignado, sendo utilizado por aposentados, pensionistas e funcionários públicos. Já o microcrédito produtivo é destinado diretamente atividades econômicas.

Contudo, a oferta do microcrédito ainda precisa atingir níveis mais contundentes para que se possa ter uma maior e mais incisiva participação de pessoas com seus pequenos empreendimentos na economia brasileira, uma vez que a escassez de crédito acaba interferindo de modo mais severo com aqueles que precisam de recursos para iniciar ou manter seus pequenos empreendimentos ativos, fato esse, que limita diretamente a participação no mercado, a capacidade produtiva e comercial, gerando um ciclo econômico-financeiro restritivo (Martinelli, 2004; Cavalcante, 2003).

Deste modo, agências de fomento ganham importância como alternativas para promover o desenvolvimento. Neste sentido, um “banco popular”, como normalmente é conhecido as agências de fomento, possibilitam financiamento a atividades empreendedoras nos mercados locais, no sentido de dirimir ou minimizar distorções através de linhas de crédito que são desenvolvidas de acordo com as necessidades e particularidades do mercado.

A criação de linhas de crédito vão ser os produtos que possibilitarão o empreendedor desenvolver suas atividades produtivas, pois o acesso ao crédito torna-se uma estratégia importante que fomenta o empreendedorismo gerando emprego e renda, contribuindo diretamente no desenvolvimento social e econômico dos empreendedores (Haltiwanger, Jarmin, Miranda, 2009; Rideout, Gray, 2013; Wennekens, Thurik, 1999).

E por conta desse cenário entende-se que o incentivo ao desenvolvimento do empreendedorismo vislumbra-se numa alternativa estratégica para o desenvolvimento local através de atividades produtivas empreendedoras (Sarfati, 2013). Essa construção teórica acerca da temática empreendedorismo parte das concepções conceituais trabalhadas desde o século XX de autores

como, por exemplo, Shumpeter, Miller e Drucker. Para Schumpeter (1959), o empreendedor é aquele indivíduo que corre riscos. Segundo Miller (1983), empreender consiste num conjunto de fatores como proatividade, inovação e tomada de risco. Enquanto, Drucker (1986) considera o empreendedor como aquele que consegue maximizar as oportunidades.

Deste modo, considera-se empreendedorismo como a capacidade do indivíduo de identificar uma problemática e/ou oportunidade, e partir disso de forma criativa desenvolver uma solução capaz de transformar em algo positivo e/ou produtivo para a sociedade. Essa perspectiva conceitual assemelha-se com a trabalhada por Dornelas (2008), ao se referir sobre o ato de empreender como ato de realizar sonhos, transformar ideias em oportunidades e agir efetivamente para alcançar os objetivos para que se tenha a geração de valor para a sociedade.

3 METODOLOGIA

Metodologicamente o trabalho utiliza uma abordagem qualitativa referente às abordagens teóricas e conceituais sobre a temática em questão e que por sua vez, também expõe informações quantitativas sobre a dinâmica de microcrédito da AFAP, no que concerne a operações de crédito no ano de 2022, que foram coletados via relatórios técnicos gerenciais e de gestão da instituição.

Este trabalho encontra-se estruturado numa pesquisa bibliográfica com aspectos e objetivos descritivos que parte de uma revisão de literatura de trabalhos realizados sobre a temática via livros, monografias, dissertações, artigos científicos e legislação vigente, tendo como ponto de referência também relatórios gerenciais e de gestão sobre linhas de crédito, operações e volume de recursos movimentados no ano de 2022 pela Agência de Fomento do Amapá (AFAP), para efeito de discussão correlacionada a construção teórica acerca do microcrédito trabalhada pelo professor Yunus e de uma agência de fomento. No

que concerne ao trabalho descritivo, este artigo apresenta por meio de figuras, tabelas, mapas e quadros os fatos observados, organizados e analisados, de modo a mensurar as informações para que se tenha efetividade no alcance do objetivo da pesquisa (Marconi; Lakatos, 2003).

3.1. Instituição de referência de análise de caso

No Amapá, a AFAP, conhecida como “Banco do Povo”, é a instituição responsável por desenvolver políticas públicas voltadas a fomentar o crescimento e o fortalecimento de empreendimentos formais e informais, bem como propiciar a geração de emprego e renda, nos diversos segmentos de atividades econômicas amapaenses.

Atualmente, a AFAP se mantém ativa e atuante num mercado altamente competitivo, enfrentando as instituições financeiras do setor privado e do Governo Federal. Possui sua matriz localizada na Capital Macapá, na qual disputa espaço com 45 agências financeiras no Estado do Amapá (Febrabran, 2022). Sendo, a principal instituição que adota a metodologia de microcrédito produtivo orientado, tendo na figura do agente de fomento o elo da instituição com os empreendedores.

Figura 3: Fluxo e Dinâmica – Agente de Crédito e Microcrédito.



Fonte: Autores, 2024.

Conforme, pode ser visto na Figura 3, o microcrédito produtivo orientado segue uma dinâmica que se fortalece com a figura do agente de crédito, aproximando o possível tomador de crédito junto a uma instituição de crédito e que desempenha o papel de orientação mercadológica referente tanto a atividade produtiva, quanto a real necessidade de recurso financeiro.

A dinâmica creditícia trabalhada pela AFAP como se verá adiante, segue uma premissa de microcrédito produtivo orientado, que possibilita um crédito mais bem trabalhado e com maior qualidade para que se tenha um crédito adimplente. Tal ação possibilita maior seguridade tanto para instituição no sentido de manter uma carteira adimplente, quanto para o tomador de crédito que acessa um recursos financeiro com maior clareza de como empregá-lo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Agência de Fomento do Amapá tem sua sede matriz no município de Macapá-AP e tem nos municípios de Santana, de Oiapoque e em Laranjal do Jarí as demais subunidades. Também ocorrem ações de forma itinerante aos demais municípios do estado, conforme os cronogramas de trabalho da instituição (Afap, 2022). Os municípios que possuem unidades da AFAP se justificam por conta de concentração de 70% das atividades econômicas do Estado do Amapá (Sete, 2022).

Pode-se, verificar a atuação da instituição conforme o Mapa 1, a seguir:

Mapa 1: Unidades de Atendimento.



Fonte: AFAP, 2022.

A disposição da AFAP no território amapaense a partir de sua matriz alcança aproximadamente 59,52% da população (Ibge, 2022) e ao considerar as demais subunidades tem um alcance de 82,95% no mercado amapaense (Afap, 2022; Ibge, 2022). Essa capilaridade evidencia a potencialidade que a instituição dispõe em promover política pública aos empreendedores amapaenses.

Atualmente a instituição conta com um portfólio vasto de linhas de crédito para atendimento dos mais diversos segmentos econômicos. Conforme o manual de linhas de crédito da instituição, em 2018 eram 24 linhas de crédito (Afap, 2018). Recentemente o portfólio aumentou, ao trabalhar linhas como: AFAP FUNGETUR e AFAP FINEP, com recursos financeiros externos.

Em relação ao nível de produtividade creditícia da instituição, pode-se constatar que no ano de 2022 a instituição, atuou de maneira significativa no

mercado local, tendo priorizado determinados produtos e segmentos de mercado. Visualiza-se o Quadro 1.

Quadro 1: Demonstrativo de operações e Valores período de 2022.

LINHAS DE CRÉDITO	PERÍODO - 2022	
	VALOR	OPERAÇÕES
Construir - Fomento a Construção Civil	R\$ 10.634.546,51	256
Micro e Pequena Empresa	R\$ 4.829.763,59	41
Minha Primeira Empresa	R\$ 2.866.462,55	67
Empreendedor Individual	R\$ 971.011,70	63
AFAP AMASOL	R\$ 444.094,34	40
Táxi Legal	R\$ 57.562,32	03
Sinistro	R\$ 364.916,27	16
Veículos	R\$ 142.784,64	01
Moto Taxi	R\$ 190.092,22	05
Amapá Solar	R\$ 54.432,00	01
Profissional Liberal	R\$ 18.600,00	01
Credmais - Crédito Rotativo	R\$ 7.577,37	03
TOTAL	R\$ 20.581.843,51	497
Afap Turismo – FUNGETUR*	R\$ 2.780.073,46*	15
TOTAL GERAL	R\$ 23.361.916,97	512

Fonte: AFAP, 2024.* A linha de Crédito passou por ajustes no que concerne a fonte de recursos que passou a ser próprio.

Observa-se que nas liberações ocorridas no ano de 2022 houve uma concentração massiva da carteira de crédito em três linhas: AFAP CONSTRUIR no percentual de 51,67%, Micro e Pequena Empresa no percentual de 23,46%, Programa Minha Primeira Empresa no percentual de 13,93. Produtos que possuem características distintas e que mostra um foco em crédito especializado.

O AFAP CONSTRUIR é uma linha de crédito que fomenta o setor da construção civil por meio de carta de crédito a pessoas empregadas tanto no

setor público quanto no setor privado que dispõe das condicionantes exigidos pela linha.

Torna-se importante destacar que a linha AFAP CONSTRUIR trabalhada em 2022 teve 100% dos seus financiamentos voltados para aquisição de painéis fotovoltaicos o que mostra a premissa de contribuir com desenvolvimento econômico de um setor relevante na economia local, sendo que também identifica-se o viés de sustentabilidade em remodelar o formato de matriz energética vigente.

A energia solar fotovoltaica se apresenta como um viés em crescente expansão no cenário amapaense, sendo que a AFAP encontra-se inserida dentre as ações que estão sendo desenvolvidas pelo Estado do Amapá, com vista a implementar uma nova proposta de energética mais limpa e sustentável.

As linhas de Micro e Pequena Empresa e o Programa Minha Primeira Empresa está relacionada crédito formal, na qual a primeira trabalha o empreendedor formalizado que possui uma maior estrutura e lastro contábil. E no caso do Programa da Minha Empresa é um produto voltado a trabalhar um público de empreendedores que passam por um processo de formação técnica para que possam se formalizar e assim ter condições de empregabilidade no mercado.

No ano de 2023 houve um processo de mudança na estrutura organizacional da AFAP, sendo que foi eleita uma nova diretoria executiva e que por conta desse processo de alteração na gestão ações voltadas para liberações de crédito foram sistematicamente reduzidas até que houvesse a conclusão do processo.

No Quadro 2 verifica-se o volume de recursos distribuídas nas linhas de crédito da instituição.

Quadro 2: Demonstrativo de operações e Valores período de 2023.

LINHAS DE CRÉDITO	PERÍODO - 2023	
	VALOR	OPERAÇÕES
AFAP Construir - Fomento a Construção Civil	R\$ 822.722,02	13
Micro e Pequena Empresa	R\$ 373.883,16	03
AFAP CREDBOX	R\$ 166.092,48	06
Empreendedor Individual	R\$ 9.869,40	01
Amasol - Empreendedor Informal	R\$ 93.068,52	9
TOTAL	R\$ 1.465.635,58	32

Fonte: AFAP, 2024.

Ainda no 2023 foram realizadas operações de crédito com recursos do Fundimicro no total de 81 operações no valor de R\$ 1.111.558,78. O emprego de linhas de crédito da AFAP enquanto instituição fomentadora do empreendedorismo no estado do Amapá expõe a importância de políticas públicas de financiamento que disponibilizem crédito (recursos financeiros) com vistas a impulsionar o empreendedorismo, principalmente para pequenos empreendimentos maior dificuldade de acesso a recursos se comparados às grandes empresas (Van De Vrande et al., 2009).

Isso fica ratificado ao se observar o quantitativo de empregos mantidos e gerados pela instituição no ano de 2022 que foi de 1024 e no ano de 2023 correspondeu a 226. A geração de emprego via fomento de atividades produtivas é reflexo de uma política pública que centra em dinamizar a economia com vista ao desenvolvimento socioeconômico do Amapá.

O acesso a crédito via política pública possibilita melhorar ou mesmo desenvolver um poder competitivo e, por consequência, melhora o desempenho e até a empregabilidade do negócio no mercado. Por conta disso, Sendo assim, políticas públicas de incentivo ao financiamento, fomento do empreendedorismo contribui para melhorar o acesso a financiamentos para os diversos tipos de

categorias de empreendedores independentemente dos estágios de desenvolvimento do negócio, tendo como particularidade especial àqueles nos estágios iniciais que necessitam de maior suporte para se firmarem no mercado (Lundström; Stevenson, 2005).

A partir dessas informações observa-se similaridade de metodologia de microcrédito adotada pela AFAP com a filosofia de microcrédito do professor Yunus ao se tratar dessa temática.

Quadro 3: Comparativo sobre Metodologia de Microcrédito.

MICROCRÉDITO YUNUS	MICROCRÉDITO AFAP
Foco no Negócio	Foco na Atividade
Preferencialmente Mulheres	Público Formal e Informal
Classes Sociais mais desfavorecidas	Empreendedores em Geral
Banco vai até as pessoas	Atende a Demanda espontânea e estimulada
Formação de Grupos Solidários	Grupos Solidários, Aval e Bens
Romper o Ciclo da Pobreza	Alavancar segmentos econômicos
Atividade Autônoma	Atividade Formal e Informal
Não Consumo	Não Consumo
População de Baixa Renda	Micro e Pequenas Empresas/Agente de Crédito

Fonte: YUNUS, 2002; e AFAP, 2022.

O Quadro 3 mostra um comparativo da matriz metodológica de microcrédito, na qual a forma como a AFAP trabalha expõe uma preocupação voltada cada vez mais ao crédito especializado, não tendo como prioridade nesse contexto a base de trabalhar microcrédito a empreendedores autônomos, na qual normalmente são os que possuem maior dificuldade de se manter no mercado.

5 CONCLUSÃO

Portanto, observa-se que o microcrédito trabalhado pelo Professor Yunus possui uma ação ativa, buscando apoiar financeiramente pequenas atividades comerciais de forma concreta, visando a melhoria da qualidade de vida e assim contribuir para o rompimento da pobreza, tendo como foco, inicialmente atender e financiar mulheres empreendedoras, evidencia uma realidade que personifica a mesma como chefe de família e responsável por salvaguardar o sustento familiar, tal realidade, transcende aquele momento de pesquisa e coaduna com o horizonte desse outro lado do atlântico, na realidade brasileira e também no caso do Estado Amapá.

O ato de empreender ganha corpo ao ser incentivado por meio de políticas públicas de microcrédito que possibilitam perspectivas de desenvolvimento da microeconomia, pois tem na valoração de pequenos negócios a sua capilaridade de atuação, oportunizando a inserção dos mesmos no circuito de fomento financeiro, sendo uma premissa para o desenvolvimento e inclusão social.

Logicamente que são inúmeros os obstáculos a serem ainda superados, necessita-se que as políticas públicas cada vez mais sejam desenvolvidas a partir do olhar do local, das particularidades, das nuances de mercado e que possam ser monitoradas no decorrer de sua execução e posterior aplicação para que se tenha efetividade para aquilo que foram criadas.

Atentar que novos trabalhos devem ser desenvolvidos e aperfeiçoados para que se tenha profundidade na construção científica e no debate acerca da temática em discussão. Novos ajustes e perspectivas teóricas são necessárias para que se tenha dinamicidade na construção dos próximos debates.

Por fim, esse estudo evidencia o protagonismo do microcrédito como ferramenta indutora de desenvolvimento socioeconômico e agente transformador do meio social, na qual se encontra inserido trazendo uma premissa de desenvolvimento em escalas de micro economia através do empreendedorismo.

REFERÊNCIAS

AFAP, Agência de Fomento do Amapá. **PLANO ESTRATÉGICO 2021-2025**. Macapá, 2021.

AFAP, Agência de Fomento do Amapá. **MANUAL DE LINHAS DE CRÉDITO - RECURSOS PRÓPRIOS**. Macapá, 2018.

AFAP, Agência de Fomento do Amapá. **Relatório de Gestão Exercício 2021 – Prestação de Contas**. Macapá, 2022. Disponível em: <https://www.afap.ap.gov.br/transparencia/relatorio-de-gestao/2021>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BASTOS, Suzana Quinet de Andrade. **Disritmia Espaço-Tempo**: análise das estratégias de desenvolvimento adotadas em Juiz de Fora (MG), pós anos 70. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA ZONA DA MATA MINEIRA, 1., 2005, Juiz de Fora, MG. **Anais...** Juiz de Fora, MG, 2005. 1 CD-ROM.

BARONE, Francisco Marcelo; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdir; REZENDE, Valéria. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BELLINGIERI, Julio Cesar. **TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XIX – V. 2 - N. 37 - Agosto de 2017 - Salvador, BA – p. 6 – 34.

BRASIL. **LEI Nº 13.636, DE 20 DE MARÇO DE 2018. Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); e revoga dispositivos das Leis nº 11.110, de 25 de abril de 2005, e 10.735, de 11 de setembro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13636compilado.htm. Acesso em: 30 maio 2023.

CARVALHO, R. D., NUNES, R. V., SALES, G. A. W.; **A evolução do Microcrédito e o Empreendedorismo no Brasil durante o Período de Instabilidade Econômica de 2014 a 2016**. REDECA – Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos da FEA-PUC/SP. v.6, n.1. Jan-Jun. 2019 p. 1-20.

CARVALHO, Rodrigo Cipriani de. **Microcrédito no Brasil**: análise das principais iniciativas e resultados. Dissertação de Mestrado - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa: FGV. Rio de Janeiro, 2021.

CAVALCANTE, André Bezerra. **Microcrédito: uma alternativa de crédito produtivo para o micro e pequeno empreendedor**. EnANPAD, 2003.

Disponível em:
http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/enanpad_2003/pop/2003_pop2036.pdf. Acesso: 29 jun. 2022.

DEES, Gregory J. **O Significado de Empreendedorismo Social**. Disponível em: <http://www.academiasocial.org.br>. Acesso em: 02 jun. 2023.

DORNELAS, J.. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRUCKER, P. **Inovação e espírito empreendedor**: prática e princípios. São Paulo: Pioneira, 1986.

FEBRABAN. **Busca de Agências e postos**. <https://www.buscabanco.org.br/Resultado>. Acesso em: 30 nov. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 14 Dez. 2022.

HALTIWANGER, J., JARMIN, R.; MIRANDA, J. **Business dynamics statistics briefing**: jobs created from business startups in the United States. Kansas City, MO: Ewing Marion Kauffman Foundation, 2009.

LOPES, A. C. V.; SCHULTER, C. B.; BINOTTO, E.; ANDRADE, S. A.; BUSANELO, E. C. **Microcrédito e os microempreendimentos**: um estudo no Banco da Gente do Mato Grosso do Sul. Revista FACEF Pesquisa, Desenvolvimento e Gestão, v. 14, n. 03, 2011.

LUNDSTRÖM, A.; STEVENSON, L. **Entrepreneurship Policy**: Theory and Practice. New York: Springer, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARTINELLI, Dante Pinheiro. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri, SP: Manole, 2004.

MENEZES, Cassio Roberto Conceição; FILHO, Abimael Magno do Ouro; SANTANA, José Ricardo de. **COMO O MICROCRÉDITO CONTRIBUI PARA O DESENVOLVIMENTO DAS MPES? ESTUDO MULTICASOS EM EMPRESAS PARTICIPANTES DO APL DE CONFECÇÃO DE SERGIPE**. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração. Recebido em 10.02.2013. Aprovado em 10.09.2013 Avaliado pelo sistema *double blind review*. RPCA Rio de Janeiro, 2013.

MILLER, D. **The correlates of entrepreneurship in three types of firms**. Management Science, 1983. 29(7), 770-791. doi: 10.1287/mnsc.29.7.770.

MONZONI, Mário Prestes Neto. **Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito popular solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo: Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Tese de Doutorado, 2006.**

MORDUCH, J. (1999, December). **The microfinance promise.** *Journal of Economic Literature*, 37(4), 1569-1614.

NERI, Marcelo. **Microcrédito, o mistério nordestino e o Gremeen brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

ONU BR: Objetivos da ONU para as cidades. **Nações Unidas Brasil.**, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>. Acesso em: 26 jun. 2024.

PASSOS, Alessandro Ferreira; PAIVA, Luiz Henrique; GALIZA, Marcelo; CONSTANZI, Rogério Nagamine. Focalização, sustentabilidade e marco legal: uma revisão da literatura de microfinanças no mercado de trabalho. **Repositório do Conhecimento do IPEA**, 2002. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5631>. Acesso em 02 maio 2023.

RIDEOUT, E. C.; GRAY, D. O. **Does entrepreneurship education really work? A review and methodological critique of the empirical literature on the effects of university-based entrepreneurship education.** *Journal of Small Business Management*, 2013. 51(3), 329-351. doi: 10.1111/jsbm.12021.

SARFATI, G. **Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em perspectiva comparada: os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália.** *Revista de Administração Pública*, 2013. 47(1), 25-48. doi: 10.1590/S0034-76122013000100002

SETE, Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo. **Relatório de Gestão do Exercício 2021.** MACAPÁ-AP, 2022.

SILVEIRA, M. G. **Evolução da estrutura de microcrédito no Brasil: uma análise sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.** Curitiba: UFPR, 2015.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico.** 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

TONETO JÚNIOR, R.; GREMAUD, A. P. **Microcrédito e o financiamento rural: mecanismos e gestão.** Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração (FEA). (Texto para discussão. Série Economia, TD-E 25), 2000.



YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. 1ª ed. São Paulo, Editora Ática, 2002.

WENNEKERS, S.; THURIK, R. **Linking entrepreneurship and economic growth**. *Small Business Economics*, 1999. 13(1), 27-55. doi: 10.1023/A:1008063200484.

REALIZAÇÃO:



APOIO:

